

PORTUGUÊS

Oração de um órfão

Papai Noel, você que não se atrasa
Na visita anual que faz à Terra
Vê se faz voltar à minha casa
O meu papai que foi brigar na guerra

Vê se você, que pode mais que a gente
E que tem uma força sem igual
Me pode dar agora esse presente
Nessa noite milagrosa do Natal

Ele partiu numa noite estranha
Que da lembrança nunca mais me sai
Disse que ia brigar na Alemanha
E desde então, não vejo mais o meu papai

Ele escrevia sempre
Mamãe lia suas cartas baixinho e devagar
"Eu voltarei em breve" dizia
"A guerra está prestes a acabar"

Depois passaram meses e muitos dias
Notícia alguma de meu papai não veio
E mamãe, na maior das agonias,
Esperava a mensagem do correio

Nada vinha, o silêncio era completo
E a razão até agora eu não sei bem
Mamãe passou a se vestir de preto
E nunca mais sorriu para ninguém

Até que enfim, com a última batalha
Só de lembrar o coração me dói
O correio nos trouxe uma medalha
Com as cinco letras da palavra "H-e-r-ó-i"

Eu que tenho o coração feito em brasa
Nessa noite em que pedir-te venho
Todos tem o seu papai dentro de casa
Só eu, Papai Noel, é que não tenho

Por que Papai Noel
Essas coisas que na alma me corrói
Se os heróis não voltam para casa
Será que vale a pena ser herói?

Papai Noel meu santo e bom paizinho
Meu coração te pede sem revolta
Eu sei que você vai dar um jeitinho
E mandar o meu papai de volta.
<http://gigallafrio.blogspot.com/2010/08/oracao-de-um-orfao.html>

1) Pode-se concluir do texto que:

A) O sinal indicativo de crase em "Na visita anual que faz à Terra". Ocorre de forma obrigatória como em "Os marinheiros voltaram à terra";

- B) A elipse do pronome possessivo em "Vê se faz voltar à minha casa" resulta na supressão do acento grave;
- C) As expressões "a gente" e "me pode" presentes na segunda estrofe denotam uma linguagem típica formal;
- D) Ao afirmar "Nessa noite milagrosa do Natal" o pronome demonstrativo indica que é a noite em que o menino está;
- E) Estranha é classificada sintaticamente como predicativo do sujeito em: "Ele partiu numa noite estranha."

2) A alternativa **CORRETA** encontra-se em:

- A) Os dois primeiros versos da quarta estrofe denotam a conclusão do tempo passado;
- B) Em "Eu voltarei em breve", percebe-se a correlação verbal do futuro com o passado;
- C) A inclusão do acento indicativo da crase em "Está prestes a acabar" denota uma conjuntura gramatical normativa;
- D) A substituição das vírgulas em "E mamãe, na maior das agonias," por travessões deixa o enunciado de acordo com vigência gramatical;
- E) A substituição do porquê em "Por que Papai Noel" por "por qual razão" caracteriza um desvio em relação à norma culta da língua.

3) Não se verifica no texto:

- A) Organização em versos;
- B) Presença de estrofes;
- C) Vocabulário esotérico;
- D) Sonoridade e rimas;
- E) Sentimentalismo.

4) A cerca das charges abaixo se conclui que:

CHARGE I



CHARGE II



- I. Em “senhoras e senhores” há uma classificação de um vocativo. O que ocorre em “Papai Noel”.
- II. A substituição do verbo presente na segunda charge por “existe” deixa-a condizente com as diretrizes gramaticais.
- III. A única locução verbal presente nas duas charges, é composta de um verbo auxiliar mais verbo no infinitivo.
- IV. Há uma ironia proposital em relação às datas. Ambas, dia primeiro.

Está **CORRETA** a alternativa:

- A) I, II e III;
B) II, III e IV;
C) II e IV;
D) II e III;
E) I e III.

5) Sabe-se que é característica da charge:

- A) Relatar a vida cotidiana de forma narrativa, usando uma linguagem coloquial, sintetizando a suavidade beleza artística;
- B) Uma ilustração cômica que critica os acontecimentos sociais e políticos;
- C) Através de uma caricatura se faz uma narrativa com uma linguagem simples direta e acessível;
- D) São imagens que transmitem o exagero das características físicas a fim de denotar a comicidade;
- E) Caracterizada pela sátira e ironia a charge mostra através da injunção os aspectos sociais e culturais.

O RITUAL BRASILEIRO DO TROTE

Estamos na época dos trotes em calouros de universidade, um ritual coletivo tão brasileiro quanto o Carnaval e a carnavalização da Justiça nas CPIs.

O trote é medieval como a universidade e quase deixou de existir em lugar civilizado. No Brasil, é um meio de reafirmar, na passagem para a vida adulta, que o jovem estudante pertence mesmo a uma sociedade autoritária, violenta e de privilégio.

Submissão e humilhação são a essência do rito, mas expressivas mesmo são suas formas: o calouro é muita vez obrigado a assumir o papel de pobre brasileiro. A humilhação também faz parte da iniciação universitária americana, embora nesse caso o rito marque a entrada na irmandade, sinal de exclusivismo e vivência de segredos de uma elite que se resente da falta de aristocracia e de mistérios em sua sociedade ideologicamente igualitária e laica.

De início, como em muito ritual, o jovem é descaracterizado e marcado fisicamente. É sujo de tinta, de lama, até de porcarias excrementícias; raspam sua cabeça. Ao mesmo tempo que apaga simbolicamente sua identidade, a pichação do calouro lhe confere a marca do privilegiado universitário (são poucos e têm cadeia especial!). Pais e estudantes se orgulham da marca suja e da violência.

Na mímica da humilhação dos servos, o jovem é colocado em fila, amarrado ou de mãos dadas, e conduzido pelas ruas, como se fazia com escravos, como a polícia faz com favelados. É jogado em fontes imundas, como garotos de rua. Deve esmolar para seu veterano-cafetão. Na aula-trote, o veterano vinga-se do professor autoritário ao encenar sua raiva e descarregá-la no calouro, com o que a estupidez se reproduz.

Como universidade até outro dia era privilégio oligárquico, o trote nasceu na oligarquia, imitada pelos arrivistas. Da oligarquia veio ainda o ritual universitário do assalto a restaurantes (‘pindura’), rito de iniciação pelo qual certa elite indica que se exclui da ordem legal dos comuns. De vez em quando, ferem, aleijam ou matam um garoto na cretinice do trote. Ninguém é punido. Os oligarcas velhos relevam: ‘acidente’. Não, não: é tudo de propósito.

(Vinicius Torres Freire. In: Folha de S. Paulo, 13/02/2006.)

6) O verbo ser, destacado no fragmento abaixo, está no plural por uma obrigatoriedade da norma culta. O mesmo acontece na alternativa:

“Submissão e humilhação **são** a essência do rito”

- A) Os sapos saem da penumbra;
B) Conversam pai e filho;
C) Tu, ele e teu pai são inteligentes;
D) Carlinhos e Carla são lindos;
E) João, Cláudia e Tu sois esforçados.

7) A expressão em destaque no fragmento abaixo, pode ser substituída por outra locução que é:

“**De início**, como em muito ritual, o jovem é descaracterizado e marcado fisicamente.”

- A) A princípio;
B) Em tese;
C) Em princípio;
D) Inicialmente;
E) De princípio.

8) O emprego da vírgula em “*No Brasil, é um meio*” justifica-se pelo mesmo motivo da alternativa:

- A) Um meio de reafirmar, na passagem para a vida adulta, que o jovem estudante pertence;
- B) Submissão e humilhação são a essência do rito, mas expressivas mesmo são suas formas;
- C) A humilhação também faz parte da iniciação universitária americana, embora nesse caso o rito marque a entrada na irmandade, sinal de exclusivismo;
- D) Como em muito ritual, o jovem é descaracterizado e marcado fisicamente;
- E) Estamos na época dos trotes em calouros de universidade, um ritual coletivo.

9) A respeito do texto se conclui que:

- A) O sujeito do primeiro período é indeterminado;
- B) A colocação de um acento indicativo de crase em “*obrigado a assumir*” deixa a frase em congruência com as diretrizes gramaticais;
- C) A substituição da conjunção concessiva em “*embora nesse caso o rito marque a entrada na irmandade*” por “*desde que*” deixa o enunciado com mesmo valor semântico;
- D) No seguimento “*Ao mesmo tempo que*” ocorre uma elipse da preposição em, o que acarreta em uso coloquial da língua;
- E) Em “*o jovem é descaracterizado e marcado fisicamente. É sujo de tinta, de lama, até de porcarias excrementícias; raspam sua cabeça.*” Caracterizam-se as causas de ações expressas nos parágrafos anteriores.

10) A respeito da charge abaixo se conclui que:



- I. A atitude do pai é coerente com suas palavras.
- II. A supressão da preposição depois de “*violência*” obriga a colocação do acento indicativo de crase.
- III. Percebe-se que na charge ocorre uma mistura da comicidade, sátira e veracidade.

Está **CORRETA** a alternativa:

- A) II e III;
- B) I e II;
- C) I e III;
- D) II;
- E) III.

CONHECIMENTOS GERAIS

11) A influenza H1N1 ficou comumente conhecida como:

- A) Gripe do frango;
- B) Gripe da vaca;
- C) Gripe aviária;
- D) Gripe suína;
- E) Gripe do boi.

12) Sobre o arquipélago de Fernando de Noronha:

- I. O arquipélago pertence ao Estado do Rio Grande do Norte.
- II. O arquipélago serviu como local de detenção, de 1737 a 1942.
- III. A capital do arquipélago é Vila dos Remédios.
- IV. Hoje é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Estão **CORRETAS**:

- A) I e II;
- B) II e IV;
- C) III e IV;
- D) I e IV;
- E) II e III.

13) Relacione:

- 1. É um ambiente aquático transicional entre um rio e o mar.
- 2. Região alongada e rebaixada do relevo.
- 3. É uma forma de relevo mais plana que o planalto e sem irregularidades.
- 4. É uma grande área geográfica com pouca ou raramente com nenhum tipo de variação de altitude.

- () Depressão.
- () Estuário.
- () Vale.
- () Planície.

A ordem **CORRETA** é:

- A) 1 – 2 – 4 – 3;
- B) 2 – 4 – 3 – 1;
- C) 4 – 3 – 1 – 2;
- D) 1 – 3 – 4 – 2;
- E) 3 – 1 – 2 – 4.

14) Foram ministros que deixaram o cargo no governo de Dilma, por estarem envolvidos em denúncias de irregularidades, **EXCETO**:

- A) Nelson Jobim;
- B) Pedro Novais;
- C) Guido Mantega;
- D) Wagner Rossi;

E) Orlando Silva.

15) Assinale a opção em que todos os países tiveram a queda de seus ditadores em 2011:

- A) Grécia, Tunísia e Síria;
- B) Iraque, Egito e Líbia;
- C) Palestina, Egito e Síria;
- D) Egito, Tunísia e Líbia;
- E) Irã, Tunísia e Egito.

16) No ano de 1800, a capital brasileira era representada por:

- A) São Paulo;
- B) Rio de Janeiro;
- C) Brasília;
- D) Salvador;
- E) Porto Seguro.

17) Relacione os elementos às suas **RESPECTIVAS** cidades paraibanas:

1. Cidade em que se comemora o Bode Rei.
2. Tem como padroeira Nossa Senhora da Guia.
3. Se destaca na produção e comércio de flores naturais.
4. Possui uma praça chamada "Praça do Cristo Redentor".

A sequência **CORRETA** é:

- A) 1. Pilões – 2. Lucena – 3. Lagoa de Roça – 4. Cabaceiras;
- B) 1. Cabaceiras – 2. Pilões – 3. Lagoa de Roça – 4. Lucena;
- C) 1. Cabaceiras – 2. Lucena – 3. Pilões – 4. Lagoa de Roça;
- D) 1. Lucena – 2. Cabaceiras – 3. Pilões – 4. Lagoa de Roça;
- E) 1. Lagoa de Roça – 2. Pilões – 3. Lucena – 4. Cabaceiras.

18) Constitui uma das obras do pesquisador e poeta florestense, Antônio Kydelmir Dantas de Oliveira:

- A) Remendos (2000);
- B) A educação em Nova Floresta (2002);
- C) O deus dinheiro (1982);
- D) Retalhos (2001);
- E) Parabéns Brasil (1989).

19) No aspecto hidrográfico, o município de Nova Floresta está inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Jacu, e seus principais tributários são:

- A) O rio Nova Floresta e o rio Montevidéo;
- B) O riacho Monte Alegre e o rio Montevidéo;
- C) O rio Campo Comprido e o riacho Monte Alegre;
- D) O rio Caicó e o rio Monte Alegre;
- E) A lagoa Montevéio e o rio Nova Floresta.

20) Foram prefeitos do município de Nova Floresta, **EXCETO**:

- A) Menézio Dantas;
- B) Benedito Marinho;
- C) Felinto Florentino;
- D) Cassiano Soares;
- E) Edilson Batista.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Acerca do ECA, no que se refere a guarda de crianças e de adolescentes, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O Poder público promoverá, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios básicos, para o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou afastado do convívio familiar;
- B) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais;
- C) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros;
- D) Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados;
- E) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

22) De acordo com o ECA, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diante disso, é uma das diretrizes desta política:

- A) Criação e manutenção de programas específicos, observada a administração direta das ações do terceiro setor;
- B) Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;
- C) Integração operacional de órgãos públicos e privados de Assistência Social, no que se refere à agilização do atendimento preferencial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;
- D) Sensibilização e mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação da sociedade civil no que se refere ao eixo da política de atendimento;
- E) Municipalização do atendimento, levando em consideração a universalidade dos serviços prestados e a

descentralização político-administrativa dos órgãos privados.

23) Sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC é **CORRETO** afirmar:

- A) A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, composta por uma avaliação social de uma equipe multidisciplinar que deverá ser composta por médicos peritos, psicólogos e assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- B) Considera-se incapaz de prover à manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente;
- C) O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades remuneradas de habilitação ou reabilitação física, não constituem motivo de suspensão parcial ou cessação total do benefício da pessoa com deficiência;
- D) A cessação do benefício de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência não impede nova concessão do benefício, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento;
- E) A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz acarreta a suspensão imediata do benefício de prestação continuada.

24) Em relação, aos Programas de Assistência Social - disposto na Lei Orgânica de Assistência Social - Lei nº. 8742/1993-, julgue as alternativas como **V** Verdadeira ou **F** Falsa:

- () Os programas sociais direcionados ao idoso e à integração da pessoa portadora de deficiência deverão ser obrigatoriamente articulados com o benefício de prestação continuada.
 - () O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) tem abrangência nacional e tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 (dezoito) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
 - () Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.
 - () As crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil.
- A) V, V, V, F;
 - B) F, F, V, F;
 - C) V, F, F, V;
 - D) F, F, V, V;
 - E) F, V, V, F.

25) É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Carta Magna e nas leis. No que tange ao direito à liberdade compreendem-se os seguintes aspectos, **EXCETO**:

- A) Faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, independentemente da existência de restrições legais;
- B) Prática de esportes e de diversões;
- C) Participação na vida familiar e comunitária;
- D) Participação na vida política, na forma da lei;
- E) Faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

26) Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Sabendo disso, assinale a alternativa que **NÃO** compete a esse tipo de proteção social:

- A) Os serviços, programas, projetos e benefícios deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial;
- B) Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas;
- C) Os serviços serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS;
- D) Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada;
- E) Os serviços ofertados têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos sociais exigindo uma gestão compartilhada mais complexa com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações diretas do Executivo.

“Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.”

Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009- aprova a Tipificação Nacional de Serviços Sócio-assistenciais; pág. 19

27) A que tipo de Serviço de Proteção Social essa descrição se refere:

- A) Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI);
- B) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- C) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- D) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- E) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

28) De acordo com o Código de Ética do Assistente Social de 1993, no que se refere das relações deste profissional com a justiça, é vetado ao Assistente Social:

- A) Apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos previamente estabelecidos;
- B) Depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado;
- C) Prevaler-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade durante o andamento do processo;
- D) Utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e para práticas assistencialistas;
- E) Prestar esclarecimentos sobre o processo em questão, sendo permitida a quebra de sigilo profissional, caso esta seja necessária e devidamente autorizada pelo juiz.

29) Sobre o conjunto CFESS/ CRESS, julgue as alternativas abaixo:

- I. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.
- II. São alteradas as denominações do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).
- III. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é dotado de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Nacional.

Está(ão) **CORRETO**(s):

- A) II;

- B) I;
- C) I e II;
- D) III;
- E) I e III.

30) No que se refere às mudanças no Código de Ética do (a) Assistente Social, assinale as alternativas como **V** Verdadeira ou **F** Falsa:

- () O Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão de conquistas e ganhos para a época, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, e afirmação de um novo perfil do/a técnico/a, não mais como um agente subalterno.
- () A necessidade da revisão do Código de 1986 começou a ser sentida nas instituições profissionais desde fins dos anos oitenta, que solicitam a participação ativa dos profissionais da área para a implementação de novas propostas ético- políticas.
- () O Código de Ética de 1993, traz como um de seus princípios fundamentais o posicionamento em favor universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
- () O Código de Ética de 1986 era voltado unicamente para defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Assinale a opção **CORRETA**:

- A) V, V, V, F;
- B) F, F, V, F;
- C) V, F, F, V;
- D) F, F, V, V;
- E) V, F, V, F.

31) Segundo o Código de Ética do Assistente Social (1993), constitui-se como um dever do profissional do Serviço Social:

- A) Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- B) Livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- C) Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- D) Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- E) Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.

“A política pública de saúde tem encontrado notórias dificuldades para sua efetivação, como a desigualdade de acesso da população aos serviços de saúde, o desafio de construção de práticas baseadas na integralidade, os dilemas para alcançar a equidade no financiamento do setor, os avanços e recuos nas ex-

periências de controle social, a falta de articulação entre os movimentos sociais, entre outras. Todas essas questões são exemplos de que a construção e consolidação dos princípios da Reforma Sanitária permanecem como desafios fundamentais na agenda contemporânea da política de saúde.”

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social; **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**; série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais; Brasília- 2010; pág.21.

32) Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), disposto na Lei nº. 8080/90, é **CORRETO** afirmar:

- A) Os serviços de saúde, executados pelo SUS serão organizados de forma territorializada e hierarquizada em níveis de complexidade decrescente;
- B) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS);
- C) Compõe o SUS as instituições públicas e privadas, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de medicamentos, inclusive de sangue, hemoderivados, e de equipamentos para saúde, como órteses e próteses;
- D) As instituições de iniciativa privadas compõem diretamente o Sistema Único de Saúde (SUS);
- E) As ações e serviços públicos e privados de saúde que integram o SUS seguem necessariamente os princípios da universalidade, equidade e integralidade nos atendimentos prestados.

33) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social, esta., por sua vez, obedece os seguintes princípios e diretrizes, **EXCETO**:

- A) Universalidade da cobertura e do atendimento;
- B) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- C) Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- D) Equidade nas ações e no provimento destas através de uma rede regionalizada e hierarquizada, integrados ao sistema único de saúde e da assistência social;
- E) Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

34) A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. A organização da Previdência Social terá como um de seus princípios e diretrizes:

- A) Universalidade e equidade na participação da sociedade nos planos previdenciários, mediante contribuição prévia;
- B) Valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição, benefícios sociais ou do rendimento do trabalho do segurado, inferior ao valor do salário mínimo;
- C) Cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente;
- D) Participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços na área da previdência social;
- E) Previdência de caráter adicional, custeada por contribuição facultativa.

35) Sobre o Cadastro Único- CadÚnico, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Os beneficiários do BPC, para realizarem seu cadastro no CadÚnico, deverão levar documento emitido pelo INSS para fins de comprovação de recebimento do referido benefício;
- B) A obrigatoriedade de utilização do CadÚnico não se aplica aos programas administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- C) O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome poderá ceder a base de dados nacional do CadÚnico para sua utilização, por órgãos do Poder Executivo Federal, em políticas públicas que não tenham o CadÚnico como instrumento de seleção de beneficiários;
- D) Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser inscritas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo;
- E) As informações constantes do CadÚnico terão validade de dois anos, contados a partir da data da última atualização, sendo necessária, após este período, a sua atualização ou revalidação.

36) A Política Nacional do Idoso tem por um de seus princípios:

- A) Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- B) Participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
- C) A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- D) Priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
- E) Descentralização político-administrativa.

37) No que se refere aos Serviços Sócio-assistenciais, disposto na Lei nº. 8742/93, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Na organização destes serviços será dada prioridade absoluta a ações voltadas à infância e à adolescência em situação de vulnerabilidade social;
- B) Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros: às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e às pessoas que vivem em situação de rua;
- C) São descritos como atividades continuadas que visam à melhoria de vida da população e cujas ações, são voltadas unicamente para atender as necessidades básicas direcionando encaminhamentos na área de assistência social;
- D) Considera-se como um exemplo destes tipos de serviços: o apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso;
- E) Compreendem ações integradas e complementares com objetivo de incentivar e melhorar os programas e projetos na área de assistencialismo.

38) No Brasil, após algumas décadas de luta, em 2006 - Lei nº. 1.1340/2006 - Maria da Penha Maia - a violência contra as mulheres passa a constituir como um das formas de violação dos direitos humanos. Sabendo sobre a situação atual de violência doméstica e familiar disposto nesta Lei, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer tipo de ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause lesões com marcas no corpo, sofrimento físico, psicológico ou sexual;
- B) Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo de seus direitos básicos, tais como: à segurança, à saúde, à cidadania, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;
- C) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Política Nacional de Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Assistência Social;
- D) A política pública que visa coibir a violência doméstica contra a mulher será representada por meio de um sistema de garantias de direitos com ações do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;
- E) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

39) A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de

ações não-governamentais, tendo como uma de suas diretrizes:

- A) A promoção e realização de estudos, pesquisas e estatísticas com a perspectiva de gênero, concernentes às causas, às conseqüências e à freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para uma melhor sistematização dos dados nacionais, promovendo um maior monitoramento e avaliação periódica destes resultados;
- B) Prevenção e respeito, nos meios de comunicação social, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a figura da mulher como objeto sexual e ou a violência doméstica e familiar;
- C) A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;
- D) A sistematização de atendimento realizado por equipe multiprofissional, especializada na área de violência doméstica, principalmente nas delegacias e secretarias especializadas em atendimento à Mulher;
- E) Capacitação contínua da segurança pública e da equipe de profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas quanto às questões de gênero e de raça ou etnia.

40) Segundo a Lei nº. 8742/1993, a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Diante disso, a gestão das ações nesta área fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), que tem como um de seus objetivos:

- A) Consolidar os direitos e deveres do Poder Público e da sociedade civil na organização, regulação, monitoramento e avaliação técnica dos serviços prestados na área de seguridade social;
- B) Definir uma gestão descentralizada e compartilhada, através de co-financiamento e da cooperação técnica entre os entes federativos que operam a proteção social contributiva;
- C) Integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;
- D) Estabelecer o nível de gestão integrada, respeitando a universalidade das ações e serviços diante das diversidades regionais e municipais;
- E) Afiançar a gestão do trabalho, a vigilância sócio-assistencial e a garantia de direitos.

